



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

**AVISO**

1. Faz-se público, em conformidade com o meu despacho de 5 de maio de 2015, que se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público-Açores, fixado **de 11 a 15 de maio**, o período de candidatura ao procedimento concursal/**oferta de emprego para recrutamento centralizado de pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, Secundário e Artístico, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo**, nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 6.º e n.º 7 do artigo 9.º, ambos do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 39/2012, de 17 de julho, alterado pelo artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de abril (adiante designado por Regulamento de Concurso), com vista ao suprimento de necessidades transitórias do sistema educativo durante o ano escolar de 2015/2016.

2. **Enquadramento normativo:** Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 39/2012, de 17 de julho, com as alterações constantes do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de abril (adiante designado por Regulamento de Concurso); Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Estatuto da Carreira Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 4/2009/A e 11/2009/A, respetivamente, de 10 de abril e 21 de julho (adiante designado por ECDRAA); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação” (D/SRAS/SRAP/2000/A).

4. Para efeitos do disposto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março, e tendo presente o disposto no artigo 2.º deste último normativo, o número de horários para candidatos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

com deficiência é determinado por unidade orgânica e por grupo de recrutamento, em função do apuramento dos horários disponíveis para recrutamento de pessoal docente em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, com salvaguarda das habilitações legalmente fixadas.

5. Os horários disponíveis para a colocação no início do ano escolar serão publicitados na página oficial da Direção Regional da Educação na Internet/Portal da Educação, em [www.edu.azores.gov.pt](http://www.edu.azores.gov.pt), e na do Governo Regional dos Açores, em [www.azores.gov.pt](http://www.azores.gov.pt), imediatamente após as colocações do concurso interno por afetação. Os demais horários são os que resultarem das necessidades comunicadas pelas escolas no decurso do ano escolar, até ao dia 6 de maio de 2016.

6. Podem ser candidatos indivíduos portadores de habilitação profissional ou de habilitação própria para a docência, considerada como tal pela legislação em vigor (n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento de Concurso).

6.1. É considerada habilitação profissional adequada para o exercício da atividade docente, designadamente:

a) Curso de formação inicial de professores, com estágio pedagógico integrado:

- Licenciatura em ensino de ... (área de docência);
- Licenciatura do ramo de formação educacional em ... (área de docência);
- Curso de professores do 1.º ciclo do ensino básico (Licenciatura);
- Curso de professores do ensino básico (Licenciatura);
- Curso de educador de infância;
- Curso de educador de infância (Bacharelato);
- Curso do magistério primário;
- Curso de professores do ensino primário;
- Curso de professores do ensino primário (Bacharelato);
- Especialidade do grau de Mestre ... (2.º ciclo do Processo de Bolonha);
- Mestrado em Ensino de ... (área de docência e/ou grupo de recrutamento);

b) Curso científico sem estágio pedagógico integrado, complementado com estágio clássico, ou com profissionalização em exercício, com qualificação profissional homologada e publicada no Diário da República/Jornal Oficial, ou com qualificação/complemento de formação em Educação, ou com outros que a lei confira qualificação para a docência.

6.2. Constituem habilitação própria adequada para o exercício da atividade docente as habilitações fixadas como tal pelos diplomas seguintes, disponibilizadas no endereço <http://www.dgae.mec.pt/web/14654/propria>: Despachos Normativos n.ºs 32/84, de 9 de fevereiro, retificado pela Declaração publicada no Diário da República, I Série, N.º 77, de 31 de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

março de 1984, 112/84, de 28 de maio, 23/85, de 8 de abril, 11- A/86, de 12 de fevereiro, retificado pela Declaração publicada no Diário da República, II Série, de 30 de abril de 1986, 1-A/95, de 6 de janeiro, 52/96, de 9 de dezembro, 7/97, de 7 de fevereiro, 15/97, de 31 de março, 10-B/98, de 5 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 5-A/98, de 26 de fevereiro, 1-A/99, de 2 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 7-M/99, de 27 de fevereiro, 14/99, de 13 de março, 28/99, de 18 de janeiro, e 3-A/2000, de 25 de maio, retificado pelas Declarações de Retificação n.os 3-A/2000, de 21 de janeiro, e 4-M/2000, de 31 de janeiro, Despachos Conjuntos n.ºs 62/SERE/SEAM/89, de 14 de setembro, 17/SERE/SEAM/90, de 19 de março, e 178/97, de 26 de julho, e Portarias n.os 92/97, de 6 de janeiro, 56-A/98, de 5 de fevereiro, 16-A/2000, de 18 de janeiro, 88/2006, de 24 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2006, de 22 de março, 263/2006, de 16 de março, 254/2007, de 9 de março, e 303/2009, de 24 de março.

6.3. As habilitações académicas e qualificações profissionais estrangeiras apenas podem ser consideradas se reconhecidas nos termos legalmente estabelecidos. Para o efeito, os candidatos podem consultar informação sobre esse processo no seguinte endereço da Internet: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/NARICENIC/>.

7. A candidatura faz-se através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrónico <http://concursopessoaldocente.azores.gov.pt>, utilizando-se, para o efeito, os elementos de acesso facultados.

7.1. Os candidatos que já tenham sido opositores em anteriores concursos de pessoal docente na Região Autónoma dos Açores utilizam os elementos de acesso oportunamente facultados.

7.2. Os elementos de acesso dos novos utilizadores são enviados para o endereço de correio eletrónico indicado pelos candidatos aquando do registo.

8. O método de seleção a utilizar é a avaliação curricular, considerando a graduação profissional ou académica dos candidatos, consoante sejam detentores de habilitação profissional ou própria para a docência, calculada com base na classificação final do curso que lhes confere a habilitação constante do respetivo certificado de conclusão, expressa em escala de 0 a 20 valores, e no tempo de serviço docente prestado até 31 de agosto de 2014, avaliado com a menção mínima de “Bom” ou equivalente, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Regulamento de Concurso, e tendo em conta os critérios de prioridade constantes do n.º 7 do artigo 9.º do mesmo Regulamento.

8.1. As habilitações profissionais/académicas devem ser rigorosamente discriminadas no formulário de candidatura, de acordo com as designações constantes dos respetivos documentos comprovativos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

8.1.1. Para a candidatura aos grupos de recrutamento de Educação Especial – códigos 120 e 700 – releva o curso de formação inicial que confere a habilitação para a docência, sem prejuízo de dever ser inserido o curso de especialização nesta área para efeitos de comprovação da qualificação especializada.

8.1.2. As habilitações académicas dos candidatos com habilitação própria devem ser rigorosamente discriminadas no formulário de candidatura, nomeadamente, no que respeita à aprovação em disciplinas ou especialidades, de forma a não haver dúvidas sobre o escalão em que se integram, de acordo com os diplomas referidos no ponto 6.2 do presente Aviso.

8.1.3 Os candidatos ao Ensino Artístico/Ensino Vocacional da Música devem discriminar rigorosamente as habilitações académicas no formulário de candidatura, nomeadamente, no que respeita à aprovação em disciplinas, especialidades e instrumentos, de forma a não haver dúvidas sobre o tipo de habilitação em que se integram, de acordo com as Portarias n.ºs 693/98, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-E/99, de 31 de março, 192/2002, de 4 de março, 431/2005, de 18 de abril, 435/2005 e 436/2005, ambas de 21 de abril, 451/2005 e 452/2005, ambas de 29 de abril, 463/2005, de 3 de maio, 469/2005, de 5 de Maio, 803/2007, de 24 de julho, e 617/2008, de 11 de julho.

8.1.4. Sempre que nos mapas anexos aos referidos diplomas seja exigida aprovação em determinado número de cadeiras, entende-se este número como referido a cadeiras anuais, considerando-se duas cadeiras semestrais como equivalentes a uma cadeira anual.

8.1.5. Os candidatos do 1.º Ciclo do Ensino Básico detentores do curso especial a que se refere o Decreto-Lei N.º 111/76, de 7 de fevereiro, e os Educadores de Infância que frequentaram com aproveitamento os cursos de promoção a Educadores de Infância a que se referem os Despachos n.º 52/80, de 26 de maio, e n.º 13/EJ/82, de 20 de abril, publicados no Diário da República, II Série, de 12 de junho de 1980 e 30 de abril de 1982, respetivamente, devem indicar, no espaço destinado à data da conclusão da habilitação profissional, a data de início dos referidos cursos.

8.2. A classificação profissional ou académica é a que consta do respetivo documento comprovativo.

8.2.1. Nos casos em que o certificado comprova a conclusão do curso mas não indica numericamente a classificação final, considerar-se-á esta como sendo de 10 valores, sem prejuízo do ponto seguinte.

8.2.2. Os candidatos que até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas não tenham ainda concluído o mestrado ou especialização em ensino que lhes confere habilitação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

profissional para a docência ou cujo elemento de prova de conclusão do curso não contenha ainda a nota expressa, candidatam-se com a classificação de 10 valores, devendo apresentar o documento comprovativo de conclusão do mesmo até 3 de julho de 2015.

8.2.3. A classificação profissional dos candidatos que adquiriram a habilitação profissional para a docência por profissionalização em exercício é a que consta do despacho da respetiva homologação, publicado no Diário da República/no Jornal Oficial, devendo ser selecionada a profissionalização.

8.2.4. A classificação profissional dos candidatos que adquiriram a habilitação profissional para a docência através de curso de qualificação/complemento de formação em Educação é a média ponderada constante do certificado da respetiva instituição de ensino, devendo ser selecionada essa qualificação.

8.2.5. Quando a posse de habilitação própria dependa da prestação de um certo número de anos de serviço docente, devem os candidatos retirar da sua classificação académica o número de valores correspondentes àqueles anos de serviço.

8.3. A contabilização do tempo de serviço é efetuada nos termos gerais, incluindo o prestado nos termos do artigo 247.º do ECDRAA, de acordo com o constante dos adequados documentos comprovativos.

8.3.1. Para efeitos de contabilização do tempo de serviço para o cálculo da graduação profissional em todos os grupos de recrutamento a que concorrem os candidatos, releva a data da conclusão da primeira profissionalização para a docência, conforme consta do respetivo certificado.

8.3.2. A declaração da realização do estágio profissionalizante durante determinado ano escolar não faz prova da posse de tempo de serviço, salvo se a mesma mencionar expressamente o número de dias de serviço docente prestado nesse ano escolar.

9. Nas opções de candidatura, os candidatos portadores de habilitação profissional e própria para a docência podem concorrer a todos os grupos de recrutamento para que possuam habilitação, considerando as seguintes especificidades:

9.1. Os candidatos titulares de licenciatura em ensino e de licenciatura com ramo de formação educacional possuem habilitação profissional para o grupo de recrutamento e nível de ensino no qual foi realizado o estágio/prática pedagógico/a.

9.2. Para os horários da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico apenas podem candidatar-se indivíduos profissionalizados para esses níveis de docência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

9.3. Para os horários dos grupos de recrutamento de Educação Especial – códigos 120 e 700 – apenas podem candidatar-se os docentes especializados nessa área e para o nível de ensino para o qual possuam habilitação profissional – Educação Pré-Escolar/1.º Ciclo do Ensino Básico e 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico/Ensino Secundário, respetivamente – e com, pelo menos, 365 dias de serviço, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 23.º do ECDRAA.

9.4. Para lecionar os horários do grupo de recrutamento 310, que integra as disciplinas de Latim e Grego, só serão colocados docentes que comprovem possuir habilitação para a lecionação do Latim ou do Grego, consoante os casos.

9.5. Para lecionar os horários do grupo de recrutamento 430, que integra as disciplinas de Contabilidade, Direito, Economia, Gestão, Organização e Gestão de Empresas, Sociologia, Práticas de Contabilidade e Gestão, só serão colocados docentes que comprovem possuir habilitação para a lecionação da disciplina ou disciplinas que constituem o horário a prover.

9.6. Para a lecionação de horários que integrem mais de uma disciplina apenas serão colocados docentes que comprovem possuir habilitação para a lecionação de todas as disciplinas que constituem esses horários.

9.7. Os horários dos grupos de recrutamento do 2.º Ciclo do Ensino Básico podem englobar o exercício de funções no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

10. Na ordenação dos candidatos a que se refere o n.º 7 do artigo 9.º do Regulamento de Concurso, atendendo a que neste ano não se realizou concurso externo ordinário de provimento mas concurso externo extraordinário de provimento, cujos candidatos foram ordenados de acordo com os critérios de prioridade estabelecidos no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho, nos termos das disposições conjugadas desse n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho, e dos n.ºs 7 e 8 do artigo 9.º do Regulamento de Concurso, constituem critérios de ordenação dos candidatos ao presente procedimento concursal:

1.ª Prioridade - Candidato com habilitação profissional que tenha sido opositor ao concurso externo extraordinário de pessoal docente de 2015 admitido numa das prioridades estabelecidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art. 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho (nas 1.ª, 2.ª e 3.ª prioridades) e se encontre numa das situações estabelecidas na alínea a) do n.º 6 do art. 9.º do Regulamento de Concurso aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio (“ter sido bolseiro da Região Autónoma dos Açores durante pelo menos um dos anos letivos do curso que lhe confere habilitação profissional para a docência, ou ter prestado pelo menos três anos de serviço docente como docente profissionalizado no respetivo grupo e ou nível de docência em escola



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

da rede pública ou particular, cooperativa ou solidária da Região Autónoma dos Açores, ou ter realizado estágio profissionalizante, mesmo quando este não seja remunerado, em escola da rede pública, particular, cooperativa e solidária da Região Autónoma dos Açores”);

2.ª Prioridade - Candidato com habilitação profissional que tenha sido opositor ao concurso externo extraordinário de pessoal docente de 2015, admitido nas prioridades estabelecidas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do art. 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho (1.ª e 3.ª prioridades) e não se encontre em nenhuma das situações estabelecidas na alínea a) do n.º 6 do art. 9.º do Regulamento de Concurso aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio (“ter sido bolseiro da Região Autónoma dos Açores durante pelo menos um dos anos letivos do curso que lhe confere habilitação profissional para a docência, ou ter prestado pelo menos três anos de serviço docente como docente profissionalizado no respetivo grupo e ou nível de docência em escola da rede pública ou particular, cooperativa ou solidária da Região Autónoma dos Açores, ou ter realizado estágio profissionalizante, mesmo quando este não seja remunerado, em escola da rede pública, particular, cooperativa e solidária da Região Autónoma dos Açores”);

3.ª Prioridade - Candidato com habilitação profissional que tenha sido opositor ao concurso externo extraordinário de pessoal docente de 2015, admitido na prioridade estabelecida na alínea d) do n.º 3 do art. 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23 de junho (4.ª prioridade);

4.ª Prioridade - Candidato com habilitação profissional não incluído em nenhuma das situações anteriores;

5.ª Prioridade - Candidato com habilitação própria.

11. Os candidatos devem indicar as suas preferências por ordem de prioridade, mencionando corretamente as unidades orgânicas onde pretendem ser colocados.

11.1. Ainda na manifestação de preferências, os candidatos podem selecionar apenas horários completos e até final do ano escolar ou também horários incompletos (de duração igual ou superior a 15 horas letivas semanais) e de substituição temporária (de duração inicial de 30 dias), podendo também optar por colocação preferencial nos primeiros em caso de vagas simultâneas em ambos os tipos de horários, em detrimento da ordem de preferências manifestada mas de acordo com essa ordenação nas vagas surgidas simultaneamente com horário completo e até final do ano escolar.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

11.2. Os candidatos portadores de habilitação profissional para a Educação Pré-Escolar que pretendam lecionar em programas especiais de “Intervenção Precoce” devem selecionar essa preferência no formulário de candidatura.

12. O formulário de candidatura deve ser preenchido de acordo com as respetivas instruções e com o presente Aviso e considerando a demais documentação de suporte, todos disponibilizados no endereço da Internet referido no ponto 7, sob pena de ser considerado irregularmente preenchido.

13. O formulário de candidatura, devidamente preenchido e depois de validado pelos candidatos, é submetido por via eletrónica.

13.1. Os formulários podem ser acedidos pelos respetivos candidatos durante todo o período de apresentação de candidaturas.

14. Os elementos declarados nos formulários devem ser comprovados pelos candidatos, através da submissão eletrónica dos adequados documentos na respetiva candidatura, em formato digital, durante o prazo fixado para a sua apresentação, acrescido da dilação de 2 dias úteis.

14.1. A confirmação da perfeita submissão dos documentos é efetuada pelos próprios candidatos, mediante acesso à candidatura durante todo o prazo referido no ponto anterior.

14.2. A confirmação dos elementos declarados no formulário de candidatura pelos candidatos em exercício de funções docentes em escolas da rede pública, desde que constem do respetivo processo individual, é da responsabilidade do presidente do órgão executivo da unidade orgânica respetiva ou do seu substituto legal, devendo, para o efeito, ser utilizada a declaração disponibilizada no momento da submissão do formulário, que, depois de devidamente confirmados os respetivos elementos, datada, assinada e com o carimbo a óleo da unidade orgânica aposto no local adequado, deve ser submetida na candidatura, por via do acesso ao formulário, no endereço indicado no ponto 7 do presente Aviso, sendo para o efeito utilizados os respetivos dados de acesso (endereço de correio eletrónico e palavra-chave).

14.2.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 14.9 do presente Aviso, a confirmação dos elementos que não constem do respetivo processo individual, bem como do número de identificação civil e da data de nascimento, é da responsabilidade dos candidatos, apresentando os correspondentes documentos comprovativos nos termos previstos no ponto anterior.

14.3. A comprovação dos elementos constantes do formulário dos candidatos que não se encontram em exercício de funções docentes em escolas públicas, sem prejuízo do disposto





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

no ponto 14.9, é feita através dos adequados documentos, designadamente, cópia do documento de identificação legal, donde resulte claramente o número de identificação civil e a data de nascimento, certificados de habilitação profissional e declarações de tempo de serviço, a apresentar pelos candidatos nos termos, prazo e pela via indicados nos pontos anteriores, devendo também a declaração de candidatura, disponibilizada no momento da submissão do formulário, depois de devidamente datada e assinada pelos próprios, ser submetida nos mesmos termos.

14.4. A comprovação da habilitação para o grupo de recrutamento e nível de educação ou ensino a que o candidato é opositor é feita através dos seguintes documentos e consoante o caso:

- a) Certidão ou certificado da instituição de ensino onde a mesma foi concluída, de que resulte obrigatoriamente os seguintes elementos: designação do curso, tipo de formação inicial, grau académico, classificação profissional e data da respetiva obtenção;
- b) Declaração emitida pela instituição de ensino onde foi realizado o estágio pedagógico, prática pedagógica ou formação na área de docência / prática de ensino supervisionada;
- c) Despacho de homologação da profissionalização em exercício, publicada no Diário da República/Jornal Oficial.

14.5. Para os candidatos aos grupos de recrutamento de Educação Especial – códigos 120 e 700 –, além dos documentos referidos nos pontos anteriores, é exigida a apresentação de certificado do curso de formação especializada em educação especial, com a designação do domínio de especialização, data de conclusão e classificação final e com a indicação da acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, nos termos da Portaria n.º 212/2009, de 23 de fevereiro.

14.6. Quando a posse de habilitação própria dependa da prestação de serviço docente em determinado momento ou por determinado período, devem os candidatos fazer prova completa desses requisitos.

14.7. Os candidatos que concorrem como portadores de deficiência, ao abrigo dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março, devem comprovar o grau de incapacidade igual ou superior a 60% e o tipo de deficiência, através de certificado idóneo para o efeito, sem prejuízo do júri do concurso poder recorrer à prerrogativa prevista no n.º 3 do artigo 4.º do referido Decreto-Lei, em caso de dúvida relativamente à capacidade dos candidatos para o exercício de funções docentes no nível e ciclo a que se candidatam.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

14.8. Os candidatos de nacionalidade não portuguesa devem apresentar adequado documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal ou invocar, mediante declaração por si assinada, estatuto que preveja a sua dispensa.

14.9. Estão dispensados da apresentação de documentos referida nos pontos anteriores, com exceção da declaração de candidatura assinada e dos documentos com prazo de validade que entretanto se encontre expirado ou que os elementos que referem devam ser atualizados, os candidatos que já os tenham apresentado no âmbito de anteriores concursos de pessoal docente realizados pela Direção Regional da Educação dos Açores, desde que os elementos que comprovam tenham sido considerados nas respetivas listas ordenadas de graduação.

15. Não são consideradas, não constando da lista de ordenação dos candidatos:

- a) Candidaturas incompletas ou não submetidas pelos candidatos, nos termos fixados no presente Aviso;
- b) Candidaturas apresentadas fora do prazo estipulado para o efeito.

15.1. Não são considerados:

- a) Documentos que se mostrem ilegíveis;
- b) Documentos apresentados por via de encaminhamento diferente da estabelecida no presente Aviso ou após o termo do prazo também aqui fixado para o efeito, exceto se apresentado fundamento válido pelo júri do concurso.

16. São motivos de exclusão da candidatura, independentemente de outros procedimentos legais:

- a) Formulário irregularmente preenchido, ou seja, com violação das respetivas instruções;
- b) Não apresentação da declaração de oposição ao concurso/submissão da candidatura, nos termos fixados no presente Aviso;
- c) Não comprovação dos requisitos habilitacionais para a docência, relativamente a cada um dos grupos de recrutamento a que o candidato é opositor;
- d) Estarem os candidatos abrangidos por penalidades previstas na lei;
- e) Prestação de falsas declarações.

17. O projeto de lista ordenada de graduação é publicitado na Internet, nos endereços indicados nos pontos 5 e 7 do presente Aviso.

17.1. Os candidatos dispõem dos dez (10) dias úteis seguintes à data da referida publicação para, se assim entenderem, no exercício do direito de audiência dos interessados, reclamarem do projeto de lista ordenada de graduação, através do preenchimento do respetivo formulário eletrónico, disponível no endereço indicado no ponto 7 do presente Aviso, sendo para o efeito



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

utilizados os elementos de acesso à respetiva candidatura (endereço de correio eletrónico e palavra-chave).

17.2. Dentro do mesmo prazo podem, ainda, os candidatos apresentar desistência do procedimento concursal ou de parte de preferências manifestadas, nos termos estabelecidos do número anterior, não sendo, porém, admitida a introdução de qualquer outro tipo de alterações às opções e preferências inicialmente manifestadas.

18. A lista ordenada de graduação dos candidatos, depois de homologada, é publicitada na Internet, nos endereços indicados nos pontos 5 e 7 do presente Aviso.

18.1. Da homologação da lista ordenada de graduação cabe recurso hierárquico, sem efeito suspensivo, a interpor no prazo de cinco dias úteis, para o Secretário Regional da Educação e Cultura, através do preenchimento do respetivo formulário, disponível no endereço eletrónico referido no ponto 7 do presente Aviso, sendo para o efeito utilizados os elementos de acesso à respetiva candidatura (endereço de correio eletrónico e palavra-chave).

19. A lista de colocações, depois de homologada, é publicitada na Internet, nos endereços indicados nos pontos 5 e 7 do presente Aviso.

19.1. A notificação aos candidatos é também efetuada individualmente, por notificação enviada para o endereço de correio eletrónico indicado no formulário de candidatura, com recibo de entrega de notificação.

20. Os candidatos colocados devem comunicar a aceitação da colocação ao órgão executivo da respetiva unidade orgânica, no prazo de dois dias úteis contados da notificação, por declaração escrita nesse sentido, e apresentar-se ao serviço no 1.º dia útil seguinte ao prazo de aceitação.

20.1. A não aceitação da colocação e ou a não apresentação ao serviço dentro dos prazos fixados, por motivo não atendível assim considerado pela entidade competente, determina a anulação da colocação e a impossibilidade do candidato prestar serviço docente em qualquer unidade orgânica da rede pública da Região, no ano escolar de 2015/2016 e nos dois anos escolares subsequentes.

21. A falta de qualificação para a docência, para além das demais consequências legais, determina a nulidade da colocação, a declarar pela Direção Regional da Educação.

21.1. Determina igualmente a nulidade da colocação a constatação do não domínio da língua portuguesa, no caso de candidatos não detentores de nacionalidade portuguesa nem originários de país cuja língua oficial seja o Português.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

22. O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente:

Fabíola Jael de Sousa Cardoso, Diretora Regional da Educação;

Vogais efetivos:

1.<sup>a</sup> Lúcia Maria Espínola Moniz, Diretora de Serviços de Recursos Humanos, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.<sup>a</sup> Eunice Maria Afonso Cândido da Silveira, Chefe de Divisão de Gestão do Pessoal Docente;

Vogais suplentes:

1.<sup>a</sup> Susana Maria Cardoso de Medeiros de Sales, Técnica Superior;

2.<sup>a</sup> Cristina Maria Ávila Cassis, Técnica Superior.

Angra do Heroísmo, 5 de maio de 2015

**A DIRETORA REGIONAL**

**FABÍOLA Jael de SOUSA CARDOSO**